

Risco de recaída

MARCELLO AVERBUG

Economista

Brasil

22 ABR 1997

O GLOBO

Como conseqüência do fim da inflação, verificou-se um significativo aumento no padrão de vida das camadas menos favorecidas, conforme demonstram as estatísticas sobre consumo. Entretanto, embora esta melhoria venha sendo comemorada pelo Governo, não há motivos para excesso de confiança quanto à sua estabilidade e continuidade. Existe a hipótese de se verificar um esgotamento desse tipo de efeito da estabilidade monetária e, a partir de um certo ponto, a renda dos mais pobres voltar a diminuir. Não se trataria de uma conspiração neoliberal-capitalista, mas sim da eventual evolução espontânea de diversos fatores em um contexto de globalização da economia, conforme o comentado a seguir:

a) Com abertura comercial, taxa de câmbio defasada e fim da desordem de preços, passou a ser mais aguda a necessidade das empresas de aumentar sua produtividade. Tanto para competir com as importações quanto para ter chances de exportar, os setores produtivos vêm tratando de reduzir seus custos de produção através do avanço tecnológico. Apesar de saudável, este processo resulta em menor necessidade de mão-de-obra por bem ou serviço elaborado e, portanto, em tendência ao desemprego.

b) No caso de se confirmar a ampliação do desemprego, mesmo com crescimento econômico, e considerando a premência das empresas em baixar custos de produção, cria-se um clima propício à flexibilização jurídica do mercado de trabalho mediante eliminação de certas regras que oneram a mão-de-obra, conforme a atual compreensível onda internacional. Ainda que o trabalhador até seja receptivo a esta flexibilização, como forma de estimular o emprego, não há como negar seu efeito depressivo sobre o valor da remuneração.

c) A crise fiscal e a modernização do Estado im-

põem medidas de ajuste do setor público que redundam em dispensa de funcionários federais, estaduais e municipais, engrossando o time dos que buscam o mercado de trabalho. A penúria financeira dos governos, por sua vez, dificulta a execução de investimentos dirigidos a melhorar o padrão de vida dos pobres e a amenizar o impacto do desemprego.

d) Podem surgir tensões entre o uso da âncora cambial para controlar a inflação e o objetivo de diminuir o déficit público. Uma das prováveis repercussões dessa tensão seria sobre o emprego. Isto porque a necessidade de ampliar a carga tributária, para diminuir o déficit, compromete a competitividade dos produtos brasileiros ao elevar os custos de produção. Como a taxa de câmbio está defasada, o aumento da arrecadação de impostos induz os empresários a reduzir custos com mão-de-obra, de maneira a preservar a competitividade de seus produtos, intensificando assim a tendência desfavorável sobre salário e emprego mencionada anteriormente.

Como resultado da soma desses fatores ocorreria, em algum momento, o início de um recrudescimento dos índices de pobreza.

Este é um cenário que pode ou não se confirmar, mas a experiência internacional demonstra que não se trata de um exercício de ficção. O caso da Argentina é típico: com a vitória espetacular sobre a inflação em 1991, o país desfrutou de quatro anos de forte crescimento econômico e diminuição de pobreza. A partir do final de 1994 agravou-se a questão do desemprego e os indicadores de concentração de renda se acentuaram, inclusive em 1996, quando a economia superou a recessão de 1995. No Chile, aumentou a pobreza ao longo da implementação de seu bem-sucedido modelo econômico, mas as folgadas finan-

ças públicas vêm permitindo a realização de investimentos nas áreas sociais.

Todos esses alertas não significam que o Plano Real e outras políticas conjugadas estejam erradas. Sem um programa eficaz de eliminação da inflação (e nenhum partido político ou grupo de economistas apresentou alternativa melhor) o país estaria em situação dramática. Mas qualquer política econômica gera efeitos colaterais que precisam ser enfrentados. O erro do Governo encontra-se em não atribuir prioridade adequada à questão social, tanto para evitar a

hipótese aqui explorada quanto para amenizar o atual estoque de pobreza.

No caso de ocorrer o esgotamento dos ganhos em distribuição de renda, será uma pena se a esquerda optar pelo caminho da crítica dispersiva e estéril em lugar de exercer uma oposição aguerrida mas fundamentada em propostas concretas. Temo que os partidos de esquerda não se encontrem suficientemente disponíveis para este gênero de ação, pois estão ocupados com outras, de oportunidade duvidosa.

O PT, por exemplo, é um partido que envelheceu sem nunca ter sido adulto.

Passou direto da adolescência à senilidade. Gasta toda sua energia guerreando contra avanços indispensáveis ao desenvolvimento econômico, tais como o Plano Real, a abertura da economia, as reformas constitucionais e a privatização, em vez de lutar para ter influência no combate à atual dívida social. Na medida que o país está longe de resolver a injustiça social e que as melhorias obtidas recentemente podem ser fortuitas, seria tranquilizador se os movimentos de esquerda batalhassem mais por transformações na sociedade do que por velhas fórmulas.

MARCELLO AVERBUG é economista.

Qualquer
política
econômica
gera efeitos
colaterais
